

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR – *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANDRÉ SAGER

**A EVIDENCIAÇÃO DOS FATOS CONTÁBEIS AMBIENTAIS COMO
FORMA DE CUMPRIMENTO COM AS OBRIGAÇÕES RELATIVAS
AO MEIO AMBIENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso

ARTIGO

CACOAL – RO

2011

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR – *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANDRÉ SAGER

**A EVIDENCIAÇÃO DOS FATOS CONTÁBEIS AMBIENTAIS COMO
FORMA DE CUMPRIMENTO COM AS OBRIGAÇÕES RELATIVAS
AO MEIO AMBIENTE**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* de Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação da Professora Mestre Estela Pitwak Rossoni.

CACOAL – RO

2011

**ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC.
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – 05 DE DEZEMBRO DE 2011.**

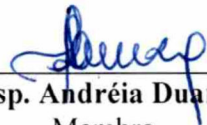
Aos 05 (cinco) dias do mês de Dezembro de dois mil e onze, reuniu-se na primeira sala do bloco 03 da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, a banca constituída pelos Professores: **Ms Estela Pitwak Rossoni** (presidente), **Esp. Andréia Duarte Aleixo** (membro), e **Esp. Odirlei Arcângelo Lovo** (membro), para examinar o candidato **ANDRÉ SAGER** na apresentação e defesa de seu Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo, intitulado: **A EVIDENCIAÇÃO DOS FATOS CONTÁBEIS AMBIENTAIS COMO FORMA DE CUMPRIMENTO COM OBRIGAÇÕES RELATIVAS AO MEIO AMBIENTE**. A presidente da Comissão iniciou os trabalhos às 17,51 h, solicitando ao candidato que apresentasse resumidamente os principais aspectos de seu trabalho. Concluída a exposição, os examinadores argüíram alternadamente o candidato sobre os diversos aspectos do Trabalho. Após a arguição, a Comissão reuniu-se para avaliar o desempenho do (a) candidato (a), obtendo a nota final 83 (oitenta e três). A ata segue assinada pelo presidente e demais membros da banca.

Cacoal / RO, 05 de Dezembro de 2011.

Banca Examinadora:



PROF^a. **Ms Estela Pitwak Rossoni**
Presidente



PROF^a. **Esp. Andréia Duarte Aleixo**
Membro



PROF. **Esp. Odirlei Arcângelo Lovo**
Membro



A EVIDENCIAÇÃO DOS FATOS CONTÁBEIS AMBIENTAIS COMO FORMA DE CUMPRIMENTO COM AS OBRIGAÇÕES RELATIVAS AO MEIO AMBIENTE

André Sager¹

Resumo: Diante das obrigações contábeis da empresa em relação ao meio ambiental, este trabalho, tem por objetivo, verificar a percepção e posicionamento dos contadores, quanto à evidenciação dos fatos ambientais nas demonstrações contábeis. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica exploratória e de campo por meio da aplicação de um questionário aos contadores da cidade de Cacoal/RO, com questões semi-fechadas e abertas. A amostra foi aleatória, obtida por sorteio, e para a análise utilizou-se do método dedutivo e misto, que inclui abordagem quantitativa e qualitativa, mas com predominância qualitativa; a partir da descrição, fez-se a interpretação. Percebeu-se que a evidenciação dos fatos ambientais, como apresentado na pesquisa bibliográfica, é importante. Por outro lado, os dados coletados em campo mostraram que existem diversos obstáculos para a sua concretização; dentre os quais está a dificuldade de mensuração dos fatos ambientais. Porém é evidente a importância e a necessidade de se evidenciar todos os fatos ambientais nas demonstrações contábeis.

Palavras-Chave: Contabilidade Ambiental. Contador. Evidenciação. Demonstrações.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema a evidenciação dos fatos ambientais no corpo das demonstrações contábeis existentes, tendo como ênfase as informações contidas no Balanço Patrimonial (BP) e na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

Sendo a contabilidade ambiental, uma das vertentes da Ciência Contábil (CARVALHO, 2008), objetiva-se verificar a percepção e posicionamento dos contadores, quanto à evidenciação dos fatos ambientais nas demonstrações contábeis. Tal pesquisa justifica-se uma vez que os fatos que se relacionam com o meio ambiente devem ser evidenciados devido apresentarem riscos para a continuidade da empresa (PAIVA, 2006). E nesse aspecto os contadores possuem a obrigação de ter conhecimento, bem como de divulgá-lo e de zelar por sua utilização para o desenvolvimento da empresa em obediência às normas legais e à ética relacionadas à questão ambiental e social como um todo, usando como instrumento para isso a evidenciação dos fatos que afetam o meio ambiente. Esta, do inglês *disclosure*, refere-se à forma e qualidade das informações divulgadas nos relatórios da

¹Graduando em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* de Cacoal – e-mail: sagerandre@hotmail.com. Orientadora: Prof.(a) Ms. Estela Pitwak Rossoni.

empresa (CALIXTO, 2008).

Adotou-se, para coleta de dados, questionário estruturado composto de questões semi-fechadas e abertas que foi respondido por uma amostra aleatória de contadores atuantes na cidade de Cacoal/RO a partir de lista fornecida pelo Conselho de Contabilidade local, com o fim de verificar a responsabilidade e conhecimento dos mesmos mediante a evidenciação dos fatos ambientais. Procurou-se esclarecer a seguinte questão: como contadores se posicionam diante da possibilidade de se demonstrar os fatos ambientais nas demonstrações contábeis existentes? A qual foi respondida na análise dos dados e considerações finais.

2 A CONTABILIDADE AMBIENTAL

Segundo Carvalho (2008), a contabilidade ambiental, uma vertente da ciência contábil, apresenta indícios de seu surgimento em 1992, com a Agenda 21, advinda da ECO/92, um evento organizado pelas Nações Unidas, e tem se desenvolvido em vários países.

Porém de acordo com Zanluca (2006), ela só passou a ter *status* como um novo ramo da contabilidade em fevereiro de 1998, com o término do ‘relatório financeiro e contábil sobre passivo e custos ambientais’, elaborado pelo Grupo de trabalho inter-governamental das Nações Unidas de Especialistas em padrões Internacionais de Contabilidade e relatórios (ISAR– *United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting*).

Christophe *apud* Paiva (2006, p. 17), define a contabilidade ambiental como sendo “um sistema destinado a dar informações sobre a rarefação dos elementos naturais, engendrado pelas atividades das empresas e sobre as medidas tomadas para evitar esta rarefação”.

Ribeiro (2006, p. 45), traz como objetivo da contabilidade ambiental:

identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando à evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.

Para Isar/Unctad *apud* Monteiro e Ferreira (2006), “a contabilidade ambiental está se tornando cada vez mais relevante para as empresas, uma vez que a poluição do meio ambiente tem se tornado um problema econômico, social e político proeminente em todo mundo”.

Em conformidade com Tinoco e Kraemer (2008, p. 64), ela é mais ambiciosa que a contabilidade tradicional, pois procura “conhecer as externalidades negativas e registrar,

mensurar, avaliar e divulgar todos os eventos ambientais”.

Confirma-se as palavras de Carvalho (2008, p. 112), de que a contabilidade ambiental representa o elo entre a empresa e seus diversos usuários, inclusive à sociedade, no que diz respeito às informações ambientais.

Logo esta se torna uma ferramenta a ser utilizada pela contabilidade, como ciência, a fim de cumprimento com as responsabilidades ambientais.

3 RESPONSABILIDADES AMBIENTAIS

De acordo com Kraemer (2007), em várias partes do mundo, na década de 70, surgiram movimentos organizados que discutiam a minimização dos impactos ambientais negativos. Logo as Organizações das Nações Unidas (ONU), manifestou preocupação com o assunto, realizando em 1972, a 1ª Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, na Suécia. Daí em diante, a questão foi ganhando peso com a ocorrência de seminários, conferências e tratados internacionais. Em consequência surgiram leis e normas referentes à questão ambiental. A ONU para Ferreira (2006, p.73), “tem sido uma das mais ativas instituições no desenvolvimento e apoio a trabalhos que visem à preservação do meio ambiente”.

A degradação em excesso do meio ambiente e a redução exagerada dos recursos naturais, causando impactos nas gerações atuais e reflexos para as futuras, fez com que a questão ambiental se tornasse globalizada (TINOCO; KRAEMER, 2008, p. 45).

No Brasil não foi diferente, a Constituição Federal de 1988 (C.F.), no *caput* do art. 225, rege: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Com base nisso, entende-se que a responsabilidade é estendida a todos, não somente ao poder público, mas também à ‘coletividade’. Pessoas físicas e jurídicas têm a obrigação legal de defender e preservar o meio ambiente não só para o presente, mas principalmente para as ‘gerações futuras’. Essa responsabilidade é mais enfática no parágrafo 3º da C.F., que afirma: “as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, as sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.”

Mas para Ribeiro (2006), “os crescentes efeitos da poluição [...], acabaram por agir sobre dois importantes seguimentos: o governo, nos aspectos políticos e econômicos, e o

empresariado. Este último, considerado de vários pontos de vista, o agente causador.” Observa-se que a pessoa jurídica – o empresariado – acaba arcando com a maior responsabilidade.

Ainda a Constituição Federal no seu artigo 3º, *caput* e incisos VI e VII, traz que “é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios: [...] proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; preservar as florestas, a fauna e a flora”. Ou seja, além das obrigações constitucionais, as empresas brasileiras têm as legislações em cada estado ou município onde estão localizadas.

Não obstante, além das responsabilidades legais, já promulgadas ou ainda a serem criadas a favor do meio ambiente, pesam as responsabilidades éticas, que correspondem:

[...] às atividades, práticas, políticas e comportamento esperados pela sociedade, apesar de não codificadas em lei. Tal responsabilidade envolve uma série de normas e padrões visando atender aos diversos públicos com os quais a empresa se relaciona e é considerado legítimo, correto, justo e de acordo com as expectativas (ASHLEY; QUEIROZ *apud* BEZERRA, 2007).

Somando-se a isto, destacam que a reputação de uma empresa é importante por ser instrumento para a geração de reações favoráveis no mercado, altos retornos e aceitação pública. Esta última é a mais importante, pois por meio dela é que se garantirá a venda dos produtos, ou seja, está diretamente relacionada à lucratividade (RIABI-BELKAOUIN; PAVLIK *apud* PAIVA, 2006).

Nestes parâmetros, deve-se adotar uma política voltada a atender as expectativas do cliente e não unicamente aos interesses da companhia. Não basta, produzir um determinado produto com uma embalagem chamativa, com um sabor agradável, ou com boa utilidade, mas além dessas qualidades, tem que haver um diferencial muito importante: a preocupação social, embutida e perceptível, não só no rótulo, mas principalmente no conteúdo e processos de produção. Pois conforme Ribeiro (2006, p. 42), “a sociedade em geral, consumidora direta ou indireta da produção, ganhou sua importância entre os gestores das atividades econômicas”; principiando no fato de se conscientizar de que podia exigir qualidade. Então, a relação de empresa quanto à sociedade se resume no seguinte ponto: “oferecer benefícios ou, no mínimo, não proporcionar malefícios à sociedade passou a ser o comportamento politicamente correto para angariar sua simpatia.” Nisto, pesa principalmente a questão ambiental com o conceito de ‘ecologicamente correto’, referindo ao produto oferecido pela empresa, como também o padrão de consumo por parte dos consumidores (BERTOLINI; POSSAMAI, 2007).

Daí poder-se concordar e esperar a concretização das seguintes palavras:

Portanto, a participação da contabilidade é de extrema importância, pois vai despertar o interesse para as questões ambientais, ajudando a classe empresarial a implementar em sua gestão empresarial a variável ambiental, não apenas para constar na legislação, mas por uma verdadeira conscientização ecológica (KRAEMER, 2007).

Esta conscientização ecológica precisa ser despertada e uma iniciativa ser tomada, a fim de cumprir, de forma mais rápida possível, com o papel de preservação do meio ambiente, utilizando as ferramentas mais adequadas oferecidas pela contabilidade.

3.1 RESPONSABILIDADES DO CONTADOR

É responsabilidade do contador a transformação da contabilidade em uma ferramenta indispensável para que, por meio do fornecimento de informações, garanta o espaço das empresas no mercado, sendo capaz de aproximar a linguagem contábil da linguagem dos ambientalistas, e buscar demonstrar as adequações necessárias à empresa para se obter os resultados esperados diante de seu investimento na preservação e subsistência do meio ambiente (FREITAS, 2006).

Ferreira (2006, p. 65), discorrendo sobre o ‘estudo de Gray’, um dos maiores especialistas internacionais em Contabilidade Ambiental, afirma que o contador pode contribuir em cinco áreas, quanto ao gerenciamento ambiental:

1. ‘Modificar os sistemas de contabilidade existentes (como no custeio de energia).
2. Eliminar elementos conflitantes dos sistemas de contabilidade (como nos métodos de investimento).
3. Planejar as implicações financeiras de uma agenda ambiental (como nas projeções sobre as despesas de capital).
4. Introduzir o desempenho ambiental nos relatórios externos (como nos relatórios anuais).
5. Desenvolver uma nova contabilidade e sistema de informações (como em um balanço patrimonial ecológico).’

Alberton, Carvalho e Crispim (2004), afirmam que “o contador deve ser um agente social consciente da sua importância dentro da organização e da sociedade em que está inserido, gerando informações que possibilitem a tomada de decisão. Para que seja eficaz é necessário que a informação seja relevante, clara, objetiva e tempestiva”.

Observa-se então, que

o contador, diante de tantas mudanças, deverá estar preparado para contribuir com informações contábeis que permitam, continuamente, a uma gestão eficiente dos negócios de uma empresa. [...] Cabe ao contador demonstrar à sociedade sua função de utilidade no auxílio aos gestores em suas decisões empresariais (SILVA; AZEVEDO, 2002)

Dessa forma, o contador como portador da Ciência Contábil e agente de ligação entre ela e o usuário, interno ou externo, tem responsabilidade legal, social e ambiental, da divulgação e conscientização de sua importância, e implementação, sobre tudo, de possuir o máximo conhecimento possível das novidades, principalmente no que tange a questão ambiental. E se empenhar em utilizar, para isso, das ferramentas da contabilidade, e caso necessário, conforme retrata Gray, citado anteriormente, “modificar os sistemas da contabilidade”, ou até mesmo, “desenvolver uma nova contabilidade e sistemas de informações” (FERREIRA, 2006)

4 A EVIDENCIAÇÃO DOS FATOS CONTÁBEIS AMBIENTAIS

O objetivo da evidenciação, segundo Tinoco e Kraemer (2008, p. 263), é “divulgar informações do desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das entidades aos parceiros sociais, os *stakeholders*², considerando que os demonstrativos financeiros e outras formas de evidenciação não devem ser enganosos”. Ou seja, evidenciar é apresentar nas demonstrações contábeis das empresas, de forma transparente e objetiva aos interessados, os fatos e informações que fazem parte de seu cotidiano, interferindo na situação patrimonial, positiva ou negativamente. Não só os que refletem positivamente, maquiando a real posição patrimonial da empresa.

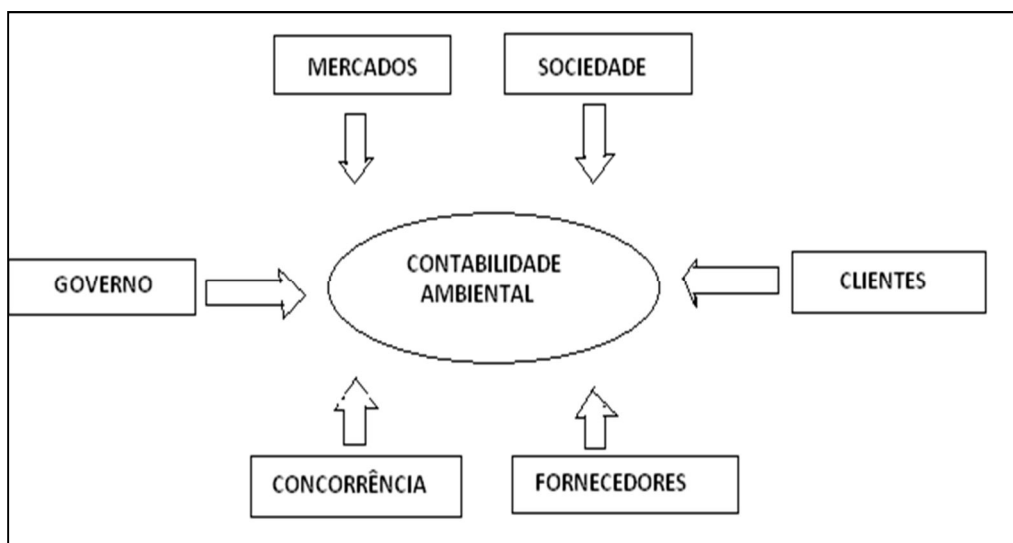
Somando-se a isto, Monteiro e Ferreira (2006), colocam como objetivo da evidenciação dos fatos ambientais a divulgação das informações referentes ao desempenho das entidades quanto às questões ambientais e de todas aquelas que afetem o meio ambiente e o patrimônio.

Quanto ao que se deve evidenciar, Paiva (2006, p. 45), destaca que “todos os gastos e as provisões efetuados com o meio ambiente devem ser evidenciados, assim como todas as situações relacionadas diretamente com a natureza que [...] representem riscos para a continuidade da empresa e da sociedade”. Em seguida (p.48), tratando de quando se deve evidenciar, ele afirma que a partir do instante em que houver a “percepção do fato gerador”.

Conforme Carvalho (2008, p. 113), muitas empresas, mesmo que não seja obrigatório, registram alguns fatos ambientais, porém tem-se questionado o que as levam a isso. Para esclarecimentos segue a figura 1, que demonstra os agentes que têm levado empresas a evidenciarem na contabilidade informações ambientais:

² *Stakeholders*: “*stake*”, interesse; “*holder*”, aquele que possui. São todos que possuem interesse e influenciam uma empresa (REBOUÇAS, 2009).

Figura 1 – Agentes que têm levado empresas a evidenciar informações ambientais.



Fonte: Adaptado de Carvalho (2008, p. 114)

Percebe-se que as maiores forças que levam uma empresa a evidenciar seus dados ambientais não são internas, por decisão voluntária do gestor ou contador, mas sim externas, na maioria das vezes, contra a vontade destes.

A evidenciação, de acordo com Ferreira (2006, p.96), “é uma prestação de contas à sociedade de como o meio ambiente [...] está sendo afetado pela gestão ambiental de determinada empresa.” Dessa forma, necessita-se de uma forma de evidenciação que melhor demonstre tal responsabilidade.

4.1 FORMAS DE EVIDENCIAÇÕES DOS FATOS CONTÁBEIS AMBIENTAIS

Há consenso de que é necessário a evidenciação dos fatos e informações ambientais, mas a questão é onde evidenciá-los. No entanto, ao encontro desta situação, há várias propostas por estudiosos da área, como também, de organizações, presentes no cenário internacional.

Além do Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), que se decidiu enfatizar neste trabalho como será exposto mais adiante, e as demais demonstrações oficiais, conforme art. 176 da Lei 6.404/76, com modificações pela Lei 11.638/07, há segundo Marion (2009, p. 516), adicionadas àquelas, informações complementares que enriquecem e evitam que os relatórios sejam enganosos. As principais são: as notas explicativas, as quais estão apostas após as demonstrações, sendo conhecidas

também, como ‘notas de rodapé’, que por sua vez, são obrigatórias para as sociedades anônimas (S.A.) de capital aberto; os quadros analíticos suplementares, que em geral, estão dentro das notas explicativas, complementando-as; as informações entre parênteses; e os comentários do auditor.

Porém além destes, foram sugeridos, elaborados e até utilizados por algumas empresas, demonstrativos, exclusivamente de cunho ambiental. Estes são os Balanços Ambientais, que se baseando em Ribeiro (2006, p. 117-122), os principais modelos propostos foram: o elaborado pela *Eco-Management and Audit Scheme* (EMAS), uma organização não governamental européia; o sugerido pela Organização das Nações Unidas (ONU), que possui um grupo de estudos compostos por especialistas em contabilidade ambiental; e outro, proposto pelo *Global Reporting Initiative* (GRI), um grupo internacional e independente fundado, em 1998, com propósito de desenvolver e difundir diretrizes para a elaboração de relatórios com informações econômicas, ambientais e sociais, pelas empresas que desejarem. Como é o caso, da Natura, uma empresa do setor de cosméticos, que publicou, em 2001, o Relatório Anual de Responsabilidade Corporativa, com base na GRI (RIBEIRO, 2006, p. 137).

A empresa publicando um destes balanços ambientais sugeridos, ou outro, elaborado por ela mesma, como a BSO/ORIGIN, uma *joint venture* holandesa da Philips e da BSO B.V., como também discorre Ribeiro (2006, p. 130), oferece pontos positivos. Um exemplo disto está nesta última, que descobriu por meio deste relatório, ser a sua dívida com o meio ambiente maior do que imaginava, representando um total de 10% de seu lucro líquido, além de contribuir muito pouco para o governo, quanto à reparação dos danos causados. Entretanto, há muitos pontos negativos. Um deles é de tais relatórios estarem sendo apresentados como algo à parte do funcionamento da empresa, em suma fora da contabilidade, contrariando o fato de os resultados do funcionamento de uma empresa ser consequência dos diversos eventos realizados, inclusive, os ambientais (CARVALHO, 2008, p. 116).

Esses relatórios, até aqui apresentados, são utilizados para promoção da imagem de algumas empresas, bem como de seus produtos e serviços, em excesso de *marketing*. Baseando-se assim, em interesses egoístas, estratégicos, e oportunistas, e não numa verdadeira consciência ambiental (RIBEIRO, 2006, p. 108).

Nota-se, dessa forma, que há falhas em todos os relatórios apensos ou segregados às demonstrações contábeis, no que realmente diz respeito à responsabilidade, e a prestação de contas para com a sociedade, no que tange ao meio ambiente. Quanto a esta prestação de contas, tratada como *accountability*, corresponde à obrigação de executar algo, decorrente da

autoridade que lhe é delegado, cuja quitação, só se concretiza mediante a prestação de contas dos resultados alcançados e mensurados pela contabilidade (NAKAGAWA, 1993, p. 18).

4.2 EVIDENCIAÇÕES DOS FATOS AMBIENTAIS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Um das posições mais corretas quanto à evidenciação dos fatos ambientais está explícito no seguinte texto:

[...] no âmbito da contabilidade, há duas linhas de pensamento: uma que propõe a implementação de um novo relatório apenso às demonstrações contábeis, o qual trataria somente das questões ambientais; e outra que sugere a inclusão desses dados nas atuais demonstrações, mantendo o modelo já utilizado, mas apresentando contas e notas explicativas específicas. A segunda alternativa seria a mais adequada (pelo menos a curto prazo), já que se trata de aspectos inseridos no contexto operacional. Além disso, essa atitude atende à necessidade imediata de a contabilidade informar melhor seus usuários sobre o real valor patrimonial das empresas, sem maior perda de tempo com a elaboração e implantação de um novo relatório (RIBEIRO, 2006, p.141).

Nesta citação Ribeiro (2006), defende claramente a inclusão dos fatos ambientais nas atuais demonstrações contábeis, e não nos relatórios, até então, utilizados pelas empresas para esse fim.

Ribeiro (2006, p.3), ainda salienta que “as demonstrações contábeis representam o principal canal entre a sociedade e a empresa que presta contas à comunidade, sobre sua conduta e estado patrimonial”. Completando, diz que dessa maneira, a interação da empresa com o meio ambiente poderia ser analisada em relação ao conjunto patrimonial. Ou seja, haveria uma visão completa e detalhada da situação patrimonial da empresa por parte dos interessados, sem correr o risco de se ter algo que não transmita a real situação patrimonial de determinada entidade (RIBEIRO, 2006, p. 128).

E, além disso, Paiva (2006, p. 23), cita que “baseando-se em seus registros contábeis, a empresa pode obter informações a respeito de sua forma de relacionamento com a natureza”, e estes poderão ser utilizados como instrumentos de caráter preventivo, contribuindo para a preservação da sua saúde econômica.

Logo, se entende que para cumprir seu papel social e zelar por sua continuidade e saúde financeira e patrimonial a empresa deve evidenciar os fatos ambientais em suas demonstrações contábeis, trazendo uma nova perspectiva para a contabilidade, sobretudo à contabilidade ambiental.

5 VALORAÇÃO AMBIENTAL

A questão da valoração, conforme Ferreira (2006, p. 25), “[...] é um dos pontos mais críticos de todo o processo de contabilização”. Pois há casos, em que os bens ou serviços não possuem preço ou valor estabelecido, mas isso não é de se preocupar, devido haver, nestes casos, métodos a serem utilizados.

Para representar as dimensões envolvidas na valoração do meio ambiente, no que se refere a recursos escassos, como é caso de um animal em extinção, segue a figura 2:

Figura 2 – Dimensões envolvidas na valoração do meio ambiente.



Fonte: adaptado de Mota *apud* Carvalho (2008, p. 79).

À respeito dessas dimensões, Carvalho (2008, p. 80), afirma que para se compor o valor total desse ativo, além do valor monetário, deve-se considerar uma dimensão intangível, que está relacionada com o patrimônio natural, sendo composta por: dimensão ética – referindo quanto ao direito de as gerações atuais degradarem um bem ambiental que não lhe pertence no todo, mas a maior parte, às gerações futuras; dimensão estética – relacionado ao bem estar que este bem proporciona devido sua existência; dimensão cultural – que condiz com a influência do meio ambiente a um povo ou etnia; e dimensão intrínseca – representando todas as outras dimensões que são conhecidas ou não.

Para Ferreira (2006, p. 26-29), os fatos intangíveis podem ser valorados, dividindo os mesmos em dois grupos: os recursos não exauríveis, e os exauríveis. Após a divisão aplicam-

se os métodos ‘direto’ e ‘indireto’ para os não exauríveis e os métodos de ‘preço líquido’ e ‘custo de uso’ para os exauríveis. Sendo que, o método direto é aquele que utiliza valor de mercado para valorar impactos, como valorar a água de determinado local com base no valor cobrado pela empresa de abastecimento de água. E o método indireto não emprega o valor de mercado por não haver ligação direta entre o impacto e sua valoração, mas se utiliza de três técnicas para isso: preço hedônico, quando este interfere direto na valorização de um determinado bem não ambiental; custo de viagem, relacionado ao potencial turístico deste bem; e avaliação contingente, quando se realiza uma pesquisa de mercado para se estimar o valor.

Já o método do preço líquido se obtém multiplicando a variação física de estoque não renovável pelo preço de mercado do recurso líquido de custos de produção, somado a um fator de correção das variações dos preços e dos estoques do período observado. Enquanto o método do custo do uso está no fato de ao se reinvestir a receita advinda da exploração do produto natural, esta garante rendimentos perpétuos, mesmo que tal produto estiver esgotado (FERREIRA, 2006).

Os fatos que tem condições de serem mensurados, ou rateados, por estarem ligados, direta ou indiretamente, ao fluxo operacional da empresa, seguem os métodos da contabilidade tradicional, quanto a sua valoração. Observando que segundo Tinoco e Kraemer (2008, p. 164), o Custeio Baseado em Atividades (ABC), é o mais indicado para se ratear os custos ambientais indiretos de fabricação. O ABC (*Activity-Based Costing*) se constitui em “um método de custeio que procura reduzir sensivelmente as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos custos indiretos [...]” (MARTINS, 2010, p. 87).

Portanto, como se percebe, os fatos ambientais, mesmo os mais intrigantes, não são impossíveis de se mensurar.

6 PLANO DE CONTAS AMBIENTAL

Para Padoveze (2007, p. 72), o Plano de Contas é o conjunto de contas produzido pelo contador, a fim de contemplar as necessidades de registro dos fatos administrativos, para possibilitar a construção dos principais relatórios contábeis e atender a todos os usuários da contabilidade. Assim, o contador tem a obrigação de elaborar um plano de contas que traduza a verdadeira situação da empresa em que atua, pois como ressalta Ribeiro (2002, p. 64), isto é particular em cada empresa, tendo em vista suas necessidades e respeitando os princípios e normas que regem a contabilidade.

Observa-se que para a evidenciação dos fatos ambientais nas demonstrações contábeis, o contador, em cumprimento com suas responsabilidades, e incentivando a empresa a cumprir a sua, deve produzir um plano de contas que contenha todos os fatos ambientais, as quais traduzam a verdadeira interação com o meio ambiente, porque o plano de contas é uma relação padronizada de contas de determinada empresa que serão utilizadas no registro das operações pelos profissionais da área de contabilidade (FERREIRA, 2011, p. 53).

É importante destacar que o plano de contas deve conter contas, decorrentes das operações da empresa, a serem movimentadas pela contabilidade num momento presente ou até mesmo, aquelas que poderão ser utilizadas no futuro (MARION, 2008, p.116). O que indica a abrangência e importância desta ferramenta, como também, que só se podem evidenciar os fatos ambientais nas demonstrações contábeis, caso haja um plano de contas correspondente as respectivas contas.

7 MODELOS DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM INCLUSÃO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Nos quadros 1 e 2 , estão representados os esqueleto de um Balanço Patrimonial (BP) e uma Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), com sugestões de evidenciações de fatos ambientais em seu corpo. Observa-se que os itens com nomenclaturas de ‘itens usuais’, correspondem aos tradicionais componentes dos demonstrativos, enquanto que os escrito em ‘*itálico*’ (tipo de letra), representam os fatos ambientais.

Essa evidenciação dos fatos ambientais o Balanço Patrimonial (quadro 1), seria mais completa para demonstrar a situação patrimonial da empresa, porque ela é:

[...] a principal demonstração contábil. Reflete a posição Financeira em determinado momento, normalmente no fim do ano ou de um período prefixado. É como se tirássemos uma foto da empresa e víssemos de uma só vez todos os bens, valores a receber e valores a pagar em determinada data (MARION, 2009, p.44).

Já a DRE, representada no quadro 2, de acordo com Matarazzo (2007, p. 45), possui todas as receitas e despesas, ordenadas de acordo com a sua natureza, fornecendo informações significativas sobre a empresa.

Neste sentido, pode-se observar que as duas são as mais importantes e vitais demonstrações a dispor da contabilidade, motivo pelo qual, foram selecionadas a fim de exemplificarem a inclusão dos dados ambientais nas demonstrações contábeis, o que não exclui as demais.

QUADRO 1: Balanço patrimonial em seu formato tradicional

Ativo	R\$	Passivo	R\$
Circulante		Circulante	
Itens usuais		Itens usuais	
<i>Bens ou direitos de natureza ambiental</i>		<i>Passivo ambiental</i>	
Realizável a longo prazo		Realizável a longo prazo	
Itens usuais		Itens usuais	
<i>Bens ou direitos de natureza ambiental</i>		<i>Passivo ambiental</i>	
Permanente		Patrimônio líquido	
Itens usuais		Itens usuais	
<i>Bens ou direitos relacionados à preservação, proteção e recuperação ambiental; ou perda de potencial de uso ou serviços.</i>		<i>Lucros ou Prejuízos Acumulados (incluindo os efeitos do reconhecimento de ativos e passivos ambientais)</i>	
Total do Ativo		Total do Passivo + PL	

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2006, p. 128)

QUADRO 2 – Demonstração do resultado do exercício em formato tradicional

Receita bruta	R\$
(-) Custos da produção	
Itens usuais	
<i>Custos</i>	
▪ <i>Depreciação de equipamentos antipoluentes</i>	
▪ <i>Insumos antipoluentes</i>	
▪ <i>Mão-de-obra utilizada no controle do ambiente</i>	
(=) Lucro bruto	
(-) Despesas operacionais	
Itens usuais	
<i>Despesas</i>	
▪ <i>Gastos incorridos na área administrativa</i>	
▪ <i>Taxas ou despesas com regulamentação do ambiente</i>	
(=) Resultado operacional	
(+/-) Resultado não operacional	
Itens usuais	
<i>Gastos não operacionais</i>	
▪ <i>Multas por infração à legislação ambiental</i>	
▪ <i>Penalidades por agressões ao meio ecológico</i>	
(=) Resultado líquido antes dos impostos	

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2006, p. 129)

Para Cordeiro e Chaves (2009), não há nenhum obstáculo aparente, que impeça a empresa de apresentar em seus demonstrativos contábeis, no caso aqui, no BP e na DRE, os fatos ambientais ocorridos na mesma. Devido à evidenciação destes fatos, obedecerem ao mesmo procedimento da contabilidade tradicional. Pensa-se que este fato se dê por grande parte das empresas ainda não terem percebido o quanto é importante a “divulgação dessas informações nas demonstrações contábeis, por ser uma das contribuições da contabilidade no processo de preservação e proteção nos eventos econômicos financeiros de natureza ambiental” (CORDEIRO; CHAVES, 2009).

8 METODOLOGIA DE PESQUISA

A estratégia de pesquisa utilizada no presente trabalho foi pesquisa bibliográfica, envolvendo livros e artigos disponíveis em *sites* da *internet* (MARTINS; THEÓPHILO, 2007). E para maior compreensão das informações e dados obtidos na pesquisa bibliográfica, bem como atingir o objetivo proposto, responder a questão problema e desenvolver as conclusões de pesquisa optou-se pela aplicação de um questionário (apêndice), elaborado pelo autor, composto de onze questões alternadas entre semi-fechadas e abertas, que foi dividido em duas partes: uma para identificar o perfil do respondente (I a III) e outra referente ao objetivo de pesquisa (IV a X). Esclarece-se que a última questão (XI), que manifesta o interesse dos respondentes pela presente pesquisa, e a última parte que serve para identificação dos mesmos, não foram utilizados para fins de análise face aos objetivos propostos na pesquisa.

Como sujeitos foram escolhidos os contadores atuantes na cidade de Cacoal/RO, com fundamento na acessibilidade; além disso, Cacoal é quarta cidade mais importante de Rondônia, conforme o *site* Rede Notícia. Para tal utilizou-se duas listas contendo todos os escritórios de contabilidades individuais e em sociedade da cidade, adquiridas por meio do Conselho Regional de Contabilidade (CRC) local.

O critério de distribuição dos questionários foi por amostragem aleatória simples (MARTINS; THEÓPHILO, 2007), pelo qual, utilizando uma determinada população, no caso, todos os escritórios de contabilidade de Cacoal (39), foram feitos sorteios para escolher os itens que comporiam a amostra. Caso houvesse algum impedimento para se tomar o item sorteado, se passaria ao subsequente que ainda não fora contemplado no sorteio; dessa maneira, acreditou-se que não haveria repetição de elementos utilizados na pesquisa. Ao todo

foram distribuídos 16 questionários aos escritórios contemplados, um em cada escritório. O total de escritórios contidos nas listas fornecidas pelo CRC soma 39, sendo assim, a amostra de 41,02%.

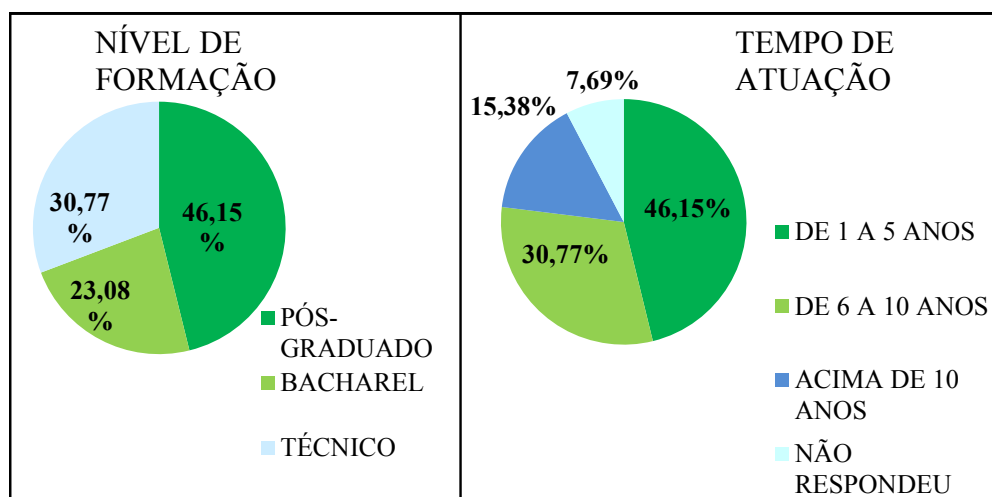
Utilizou-se, para análise do questionário o método misto, onde se faz a combinação dos elementos quantitativos (estatística descritiva) e qualitativos com análise interpretativa dos dados, mas observa-se haver, neste artigo, predominância dos qualitativos (CRESWELL, 2010, p. 170).

9 ANÁLISE DOS DADOS

Dos 16 questionários distribuídos 13 (81,25%), foram respondidos, o equivalente a 33,33% em relação ao universo (39).

Das questões destinadas à análise do perfil dos respondentes (I a III), concluiu-se que 9 (69,23%) dos respondentes apresentam idade entre 26 e 35 anos; em relação ao nível de formação: 3 (23,08%) possuem bacharelado, 4 (30,77%) são técnicos em contabilidade e 6 (46,15%) possuem pós-graduação em alguma área dentro das Ciências Contábeis. Quanto ao tempo de atuação como profissional em contabilidade, 2 (15,38%) afirmaram atuar a mais de 10 anos, 4 (30,77%) de 6 a 10 anos, 6 (46,15%) de 1 a 5 anos, e 1 (7,69%) não respondeu esta questão. Sendo que na faixa de 1 a 5: 1 (16,67%) é bacharel, 4 (66,67%) são pós-graduados e 1 (16,67%) é técnico; na faixa de 6 a 10: 2 (50%) são pós graduados, 1 (25%) é técnico e 1 (25%) é bacharel; acima de 10: 2 (100%) são técnicos; não respondeu: 1 (100%) é bacharel. Essas informações são graficamente apresentadas na figura 3.

Figura 3 – Nível de formação e tempo de atuação dos respondentes.

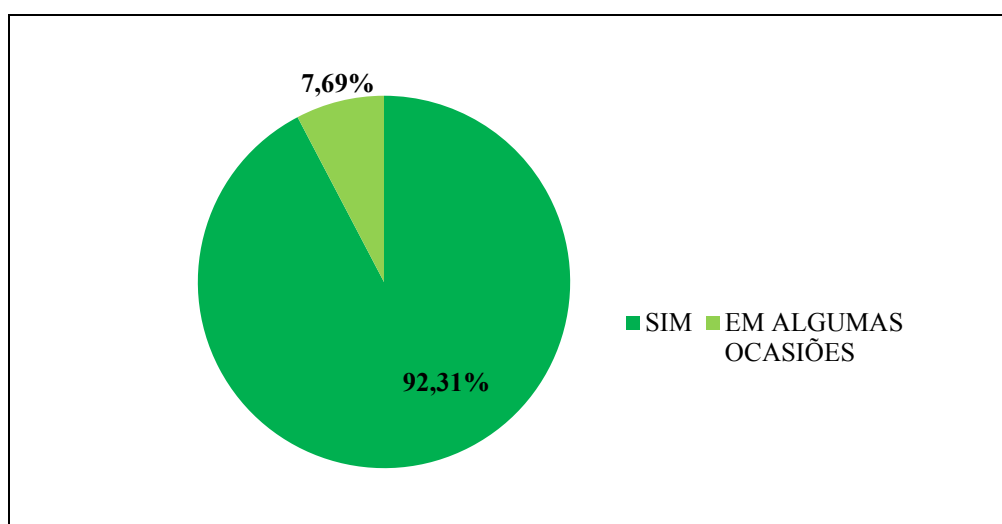


Fonte: Dados obtidos pelo autor (2011).

Nas questões referentes ao objetivo da pesquisa a análise foi realizada com base nas respostas de múltipla escolha e nas justificativas apresentadas, quanto às questões semi-fechadas (IV a VIII), e com base nas respostas obtidas nas questões abertas (IX e X).

Quando questionado sobre considerar importante a empresa evidenciar os fatos ambientais que fazem parte do cotidiano (IV), um (7,69%) dos respondentes respondeu que em algumas ocasiões e 12 (92,31%) responderam que sim (Figura 4). Dos que responderam de forma afirmativa 6 (50%) são pós-graduados, 4 (33,33%) são técnicos e 2 (16,67%) são bacharéis; quanto à resposta em “algumas ocasiões” o respondente (100%) é bacharel.

Figura 4 – Considera importante a empresa evidenciar os fatos ambientais.



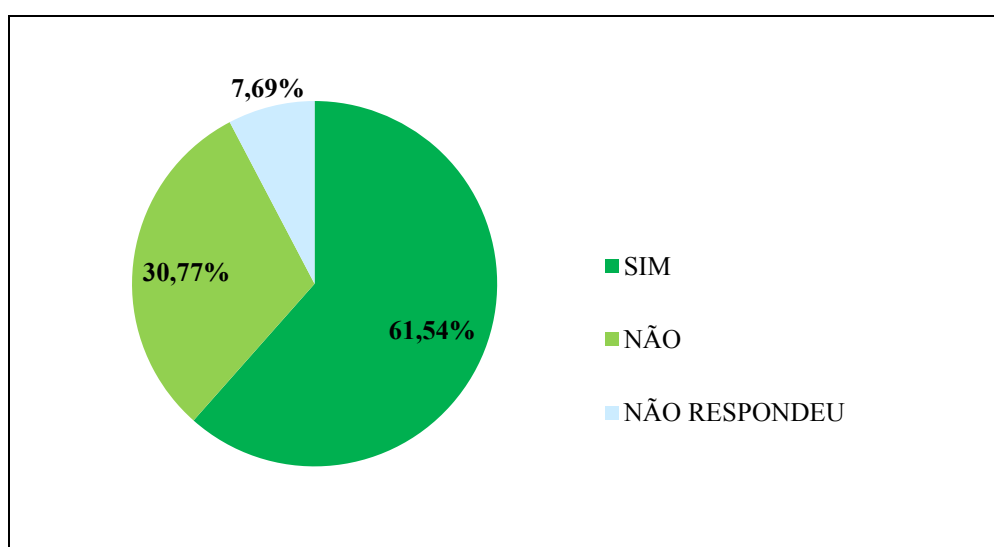
Fonte: Dados obtidos pelo autor (2011).

Quem afirmou ser importante evidenciar somente em algumas ocasiões teve como justificativa de tal fato depender do porte e da finalidade da empresa. Já quem respondeu a alternativa “Sim”, considera importante a empresa evidenciar os fatos ambientais, justificando que isso reduz os custos e despesas operacionais; as empresas que assim procedem apresentam vantagens sobre as demais, devido se preocuparem com o meio ambiente; porque os fatos ambientais interferem no patrimônio da empresa; e por fim que influencia na qualidade de vida da sociedade. Nota-se que a maioria (92,31%) dos respondentes considera importante uma empresa evidenciar os fatos ambientais que ocorre em seu cotidiano, reforçando o que foi exposto na parte referente à pesquisa bibliográfica deste trabalho, pois esta salientou que todos os fatos que envolvem o meio ambiente de uma empresa devem ser evidenciados em cumprimento das responsabilidades legais e éticas relativas ao meio ambiente, garantindo a continuidade da empresa, conforme Paiva (2006), e é, de acordo com

Ferreira (2006), uma forma de prestar contas à sociedade de como o meio ambiente está sendo afetado pela empresa.

Quanto à questão sobre acreditar ser possível a evidenciação de todos os fatos ambientais de uma empresa no corpo das demonstrações tradicionais (V), 1 (7,69%) não respondeu, 4 (30,77%) responderam a alternativa “Não”, e para oito deles (61,54%) a resposta foi “Sim” (Figura 5). Dos que responderam “Sim”, 4 (50%) são técnicos em contabilidade, 3 (37,50%) são pós-graduados e 1 (12,50%) é bacharel; dos que responderam “Não”, 3 (75%) são pós-graduados e 1 (25%) é bacharel.

Figura 5 – Acredita ser possível a evidenciação de todos os fatos ambientais no corpo das demonstrações tradicionais.



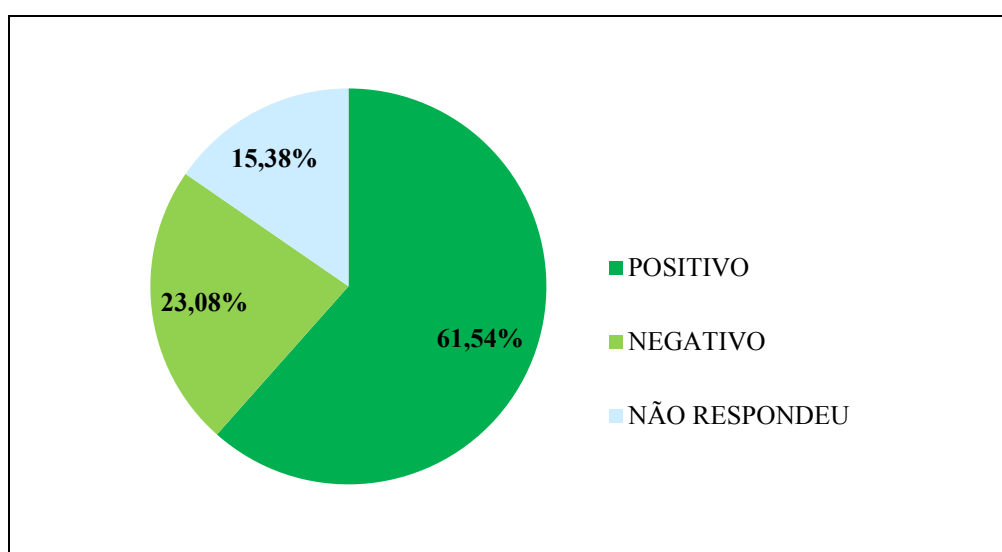
Fonte: Dados obtidos pelo autor (2011).

Indagados sobre o porquê da resposta fornecida, os respondentes que tiveram a resposta afirmativa (8), registraram que permite maior clareza bem como a correta apresentação da situação patrimonial, melhor resultado e auxilia na tomada de decisões. Por outro lado, os que apresentaram resposta negativa (4), declararam haver casos em que não são relevantes ou não possuem valor, não existem contas nas demonstrações para evidenciar tais fatos, falta de conhecimento legal sobre o assunto. Nesta questão também se observa que a maior parte dos respondentes (61,54%), estão de acordo com o pesquisado na parte teórica do trabalho ao acreditarem na possibilidade de evidenciação de todos os fatos ambientais no corpo das demonstrações contábeis tradicionais. Os pontos de impedimento de se concretizar esse tipo de evidenciação apontados pelos que responderam de forma negativa já estão tratados no corpo do artigo, onde se verificou que tais assuntos não são impedimentos, como no caso de não haverem contas dentro das demonstrações para isso, pois em Ribeiro (2006)

sugere-se modelos de demonstrações com a inserção dos fatos ambientais conforme expostos nos quadros 1 e 2 neste artigo defendendo ser a forma mais correta para isso, pois fornece uma visão completa e detalhada da situação patrimonial da empresa, trazendo muitos benefícios como os apontados por alguns respondentes. Isto denota a falta de total conhecimento por parte de alguns contadores respondentes sobre o assunto, conforme é reconhecido por um deles em sua justificativa de resposta, o que vale reforçar a responsabilidades do contador aqui discorridas.

Perguntado sobre qual seria o impacto para a empresa caso houvesse a inclusão de todos os fatos ambientais nas demonstrações contábeis (VI), 2 (15,38%) não responderam, 3 (23,08%) consideram negativo, e 8 (61,54%) consideram positivo (Figura 6). Dos que consideram: positivo 4 (50%) são técnicos em contabilidade, 2 (25%) são bacharéis e 2 (25%) são pós-graduados; negativo 1 (100%) é pós-graduado; não respondeu 1 (50%) é bacharel e 1 (50%) é pós-graduado.

Figura 6 – Impacto sofrido pela empresa caso houvesse a inclusão de todos os fatos ambientais nas demonstrações.



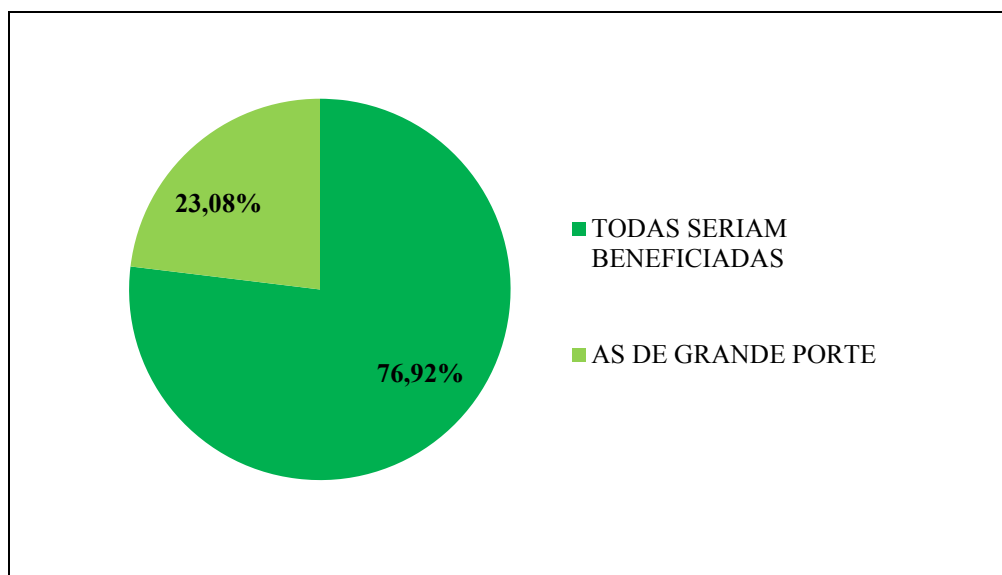
Fonte: Dados obtidos pelo autor (2011).

Os que responderam ser o impacto pela evidenciação dos fatos ambientais nas demonstrações contábeis positivo (8), afirmaram que isto se justifica devido proporcionar maior conscientização na empresa, e que tornaria evidente as políticas administrativas voltadas à gestão ambiental praticadas pela empresa. Por outro lado, os que optaram pela opção “Negativo” (3), justificaram a resposta argumentando o fato de as empresas não saberem lidar com os fatos relacionados com o meio ambiente, e que estes devem ser

evidenciados em demonstrativos específicos para não atrapalhar a clareza e transparência dos tradicionais. As respostas a esta questão segue a linha das anteriores onde a maioria (61,54%) considera positivo para a empresa a evidenciação de todos os fatos referentes ao meio ambiente com comentários importantes como a questão da conscientização ambiental a ser proporcionada; e do lado negativo, como atrapalhar a clareza e transparência nos demonstrativos com inclusão dos dados ambientais, argumentando que tais fatos devem ser evidenciados nos demonstrativos específicos. Tais argumentos são refutados pela teoria deste artigo, pois tais demonstrativos separados da contabilidade com vários modelos propostos em cenário mundial por órgãos como a ONU e o GRI são falhos e às vezes são distorcidos para promoção da imagem de algumas empresas conforme discorre Ribeiro.

Referente ao tipo de empresa para a qual a evidenciação dos fatos ambientais seria mais proveitosa (VII) verificou-se que 3 (23,08%) opinaram ser as empresas de grande porte, enquanto que para 10 dos que responderam (76,92%), todas seriam igualmente beneficiadas (Figura 7). Dos que responderam serem todas as empresas beneficiadas: 4 (40%) são técnicos em contabilidade, 3 (30%) são bacharéis e 3 (30%) são pós-graduados; enquanto os que optaram serem as empresas de grande porte, todos (3), são pós-graduados.

Figura 7 – Tipo de empresa para a qual a evidenciação dos fatos contábeis ambientais seria mais proveitosa.



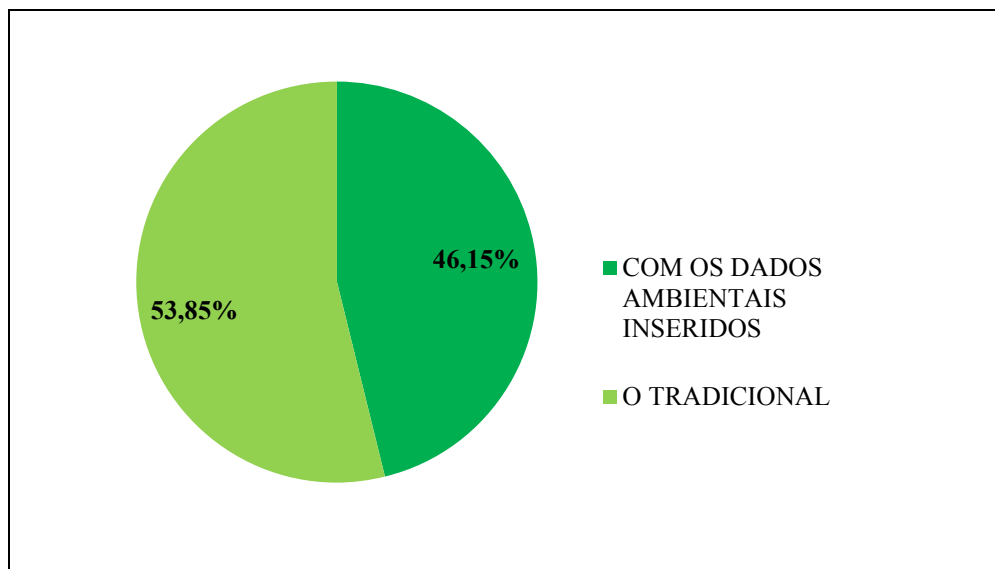
Fonte: Dados obtidos pelo autor (2011).

Para quem defendeu serem todas as empresas beneficiadas (10), a resposta é justificada por haver necessidade de evidenciação dos fatos ambientais nas empresas; assim estas se preocupariam mais com o meio ambiente, havendo mais preservação; porque a

contabilidade é uma ferramenta para tomada de decisões. No tocante a quem respondeu que as empresas de grande porte seriam as mais beneficiadas (3), argumenta-se que tais empresas possuem maior possibilidade de investimento em projetos e estudos ambientais e que o impacto ambiental causado por elas é maior como também o aproveitamento para a apuração de lucro. Aqui de uma forma generalizada todos reconhecem o benefício da evidenciação dos fatos ambientais pelas empresas, porém uma pequena parcela (23,08%) acredita que só as empresas de grande porte serão beneficiadas.

Diante da suposição de haver dois modelos oficiais do mesmo demonstrativo contábil, sendo opcional a escolha de apenas um para se utilizar, se indagou aos respondentes qual escolheriam. Diante do apresentado 6 (46,15%) escolheriam o modelo com os dados ambientais inseridos e 7 (53,85%) o tradicional (Figura 8). Dos que escolheram o modelo tradicional 4 (57,14%) são pós-graduados, 2 (28,57%) são bacharéis e 1 (14,29%) é técnico; dos que escolheram o modelo com os dados ambientais inseridos 3 (50%) são técnicos, 2 (33,33%) são pós-graduados e 1 (16,67%) é bacharel.

Figura 8 – Diante de dois modelos oficiais de um mesmo demonstrativo contábil qual escolheria para trabalhar.



Fonte: Dados obtidos pelo autor (2011).

Os que escolheriam utilizar o modelo com os fatos ambientais inseridos (6) defenderam que agindo assim, os seus clientes se conscientizariam mais em relação ao meio ambiente, traria mais resultados e maior clareza demonstrando a realidade patrimonial da empresa, como também atenderia a finalidade social das demonstrações. Em contrapartida os que escolheriam o modelo tradicional (7), no caso a maioria (53,85%), defenderam sua

escolha afirmando que dessa forma não haveria prejuízo para seus clientes; porque a estrutura tradicional é a mesma em toda empresa, ou seja, seria mais prático; devido ao obstáculo da evidenciação dos fatos contábeis ambientais; e por não ter empresa que possua ligação direta com o meio ambiente como cliente. Aqui se verifica que há um ponto contraditório referente às respostas das demais questões apresentadas, pois naquelas, a maioria concorda em ser importante e proporcionar benefícios a evidenciação de todos os fatos ambientais nas demonstrações contábeis, como também acredita ser possível isso ocorrer, porém nesta questão, a maior parte dos respondentes (53,85%) não optaria pela utilização de um modelo no qual houvesse a inclusão dos fatos ambientais. Isto dá a entender certa falta de conhecimento profundo sobre o assunto, como a confirmação de alguns obstáculos apresentados na teoria, bem como por alguns respondentes na questão seguinte.

Questionados sobre qual seria o maior obstáculo para a inclusão dos dados relacionados ao meio ambiente de uma empresa no corpo das demonstrações contábeis (BP e DRE), os respondentes apresentaram os seguintes: coleta de informações ambientais nas empresas; critério de valoração; aceitação por parte da empresa, pois nem todas se preocupam com o meio ambiente; falta de conhecimento por parte dos profissionais em contabilidade e falta de incentivo; dificuldade de se adequar às mudanças; falta de normas que regulamentem o registro correto nos demonstrativos; falta de recursos na maioria das empresas para estudos ambientais; elevação do custo dos produtos; atrapalharia a clareza e objetividade das demonstrações contábeis tradicionais; e falta de colaboração por parte dos empresários e sociedade. Alguns dos obstáculos aqui apresentados já foram apresentados em argumentos de respostas a questões anteriores, como quanto à falta de conhecimento por parte dos profissionais em contabilidade, mas que agora são enfatizados como sendo os maiores para a evidenciação dos fatos ambientais. Um dos que merecem destaque é o critério de valoração, que conforme o referencial teórico não apresenta tanta dificuldade, pois para a sua valoração e mensuração, se deve utilizar os métodos existentes observando as dimensões tangíveis e intangíveis de um bem ambiental como mostra a figura 2. Mas, observa-se também que, os maiores obstáculos para não haver a evidenciação dos fatos ambientais nas demonstrações contábeis são a falta de interesse tanto da parte do empresariado, como de forma implícita, por parte dos contadores.

Sobre quais fatos ambientais costumam ocorrer às empresas para as quais os respondentes prestam serviços, obteve-se o seguinte: investimento em projetos para não poluição; reciclagem de produtos e renovação de recursos naturais; reciclagem e destinação dos resíduos; e gastos com operações nocivas ao meio ambiente. As respostas desta questão

demonstram que os contadores pesquisados são sabedores da existência de fatos ambientais que influenciam as empresas para as quais prestam serviços, mesmo não reconhecendo todos os fatos ocorridos, pois conforme a teoria há probabilidade de haver muitos outros.

Como já do apresentado, a maioria dos contadores questionados, considera importante a evidenciação de todos os fatos ambientais no corpo das demonstrações tradicionais como também acreditam ser possível a concretização de tal fato. Os mesmos dizem que isso proporcionaria diversos benefícios para a empresa e sociedade, como maior preocupação com o meio ambiente, melhores condições patrimoniais para as empresas e melhor qualidade e vida para a sociedade, o que confirma a parte teórica deste trabalho, onde se afirma que todos os fatos relacionados com o meio ambiente devem ser evidenciados de acordo com Paiva (2006), sendo a melhor maneira no corpo das demonstrações existentes como defende Ribeiro (2006), principalmente no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício, pois afeta o patrimônio da empresa e a sociedade, representando risco para ambos.

Foi citado entre os comentários referentes às respostas da questão VII ser a contabilidade uma ferramenta para a tomada de decisões, o que enfatiza a responsabilidade desta com o meio ambiente, por intermédio do contador, pois este deve ser capaz de aproximar a linguagem contábil da ambiental baseado em Freitas (2006), a fim de cumprir com as obrigações legais e, sobretudo éticas, pois estas condizem com os anseios da sociedade, onde põe em jogo a reputação da empresa, o que esta ligada diretamente à lucratividade da mesma.

Todos os respondentes apresentaram certa preocupação e bom conhecimento referente ao assunto em estudo, com algumas exceções, o que já é um grande passo, porém a prática da evidenciação dos fatos ambientais nas demonstrações contábeis existentes, como forma de cumprimento com as obrigações relativas ao meio ambiente, conforme discorrido ao longo deste artigo, ainda está presa em obstáculos que são difíceis de serem transpostos, mas não impossíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível verificar, na teoria que em cumprimento com as obrigações com o meio ambiente toda empresa deve evidenciar os fatos ambientais a ela inerentes. Tal obrigação abrange tanto o gestor como o profissional em contabilidade, pois ele é o elo entre a

contabilidade como ciência e o usuário. E na percepção dos pesquisados, a evidenciação dos dados ambientais é uma forma de demonstrar preocupação com o meio ambiente, oferecendo benefícios à empresa e à sociedade, o que está condizente com a teoria.

E foram apontados como principais obstáculos a dificuldade na mensuração dos fatos ambientais, falta de uma legislação que regulamentasse tal fato e também falta de interesse tanto da parte do empresariado e dos contadores, como também a falta de incentivo. Porém como exposto na análise do questionário e na parte teórica estes obstáculos não impossibilitam a evidenciação de todos os fatos ambientais nas demonstrações contábeis tradicionais, pois já apresentam sugestões de soluções, como é o caso da mensuração dos fatos ambientais que conforme Ferreira (2006) e Carvalho (2008) podem ser mensurados dividindo em tangíveis e intangíveis, sendo que os intangíveis podem ser divididos em subgrupos, para assim se chegar a mensuração final de um determinado bem ambiental.

Porém para a evidenciação dos fatos ambientais deve-se utilizar a forma mais adequada que traduza a real situação da empresa, onde se concluiu ser a evidenciação no corpo das demonstrações contábeis tradicionais a melhor maneira de se evidenciar.

Por fim, respondendo a questão problema (“como os contadores se posicionam diante da possibilidade de se demonstrar os fatos ambientais nas demonstrações contábeis existentes”) e ao objetivo proposto, ficou evidente que os contadores da cidade de Cacoal/RO, têm conhecimento da necessidade de evidenciação dos fatos ambientais, bem como seus benefícios, ressalvados alguns que manifestaram não apresentar um conhecimento profundo sobre o assunto. Quanto a evidenciar os fatos ambientais no corpo das demonstrações contábeis tradicionais, os respondentes na resposta da maioria das questões entendeu-se ser o certo, mas não aplicariam no momento devido haver obstáculos para isso.

Como sugestão para novos estudos e pesquisa se deixa o aprimoramento na questão da valoração ambiental e o aprofundamento da pesquisa de inserção dos fatos ambientais nas demonstrações contábeis tradicionais na mesma cidade e em contextos diferentes, pois a evidenciação dos fatos contábeis ambientais é urgente, como emergiu nas respostas que os profissionais em contabilidade forneceram e na parte da pesquisa bibliográfica; e a percepção pode apresentar outros resultados.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, Luiz; CARVALHO, Fernando Nitz de; CRISPIM, Graciele Hernandez. **Evidenciação da Responsabilidade Social/ Ambiental na Perspectiva de um Novo Contexto Empresarial**. 2004. Disponível em: <http://www.congressosp. fipecafi.org /artigos42004/151.pdf> > Acesso em 02 de out. de 2011.

BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; POSSAMAI, Osmar. **Proposta de Instrumento de Mensuração do Grau de Consciência Ambiental, do Consumo Ecológico e dos Critérios de Compra dos Consumidores**. 2007. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora /revistaspdf/rct25art02.pdf>> Acesso em: 24 de set. de 2011.

BEZERRA, Tainan de Lima. **Contabilidade Ambiental: O Passaporte para a Competitividade**. 2007. Disponível em: <http://www .unifae.br/pesquisaacademica /pdf /primeiro_seminario /contabilidade _ambi ental _tainan.pdf> Acesso em: 02 de out. de 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional Promulgado em 5 de Outubro de 1988, com alterações Adotadas pelas Emendas constitucionais Nº 1/92 A 64/2010, pelo Decreto Legislativo Nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão Nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Subsecretaria de Edições Técnicas. 2010.

BRASIL. **Lei Nº 6.404/76**: Das Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www. planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/dest/eventos/sociedade _por _acoes.pdf> Acesso em 13 de Nov. de 2011.

CALIXTO, Laura. **Evidenciação Ambiental nos Relatórios Oficiais: Uma Análise Comparativa Brasil versus Estados Unidos**. 2008. Disponível em: <<http://www.e adfeauspbr/Semead/11semead/resultado/trabalhosPDF/317.pdf>> Acesso em: 02 de out. de 2011.

CARVALHO, Maria Braga de Carvalho. **Contabilidade Ambiental**: Teoria e Prática. Curitiba: Juruá, 2008.

CORDEIRO, Aieska Mendes G.; CHAVES, Felipe Montenegro. **Evidenciação do Conteúdo Ambiental e Social nas Demonstrações Contábeis Publicadas na BM&FBOVESPA no Período de 2001 a 2007**. 2009. Disponível em: <<http://www. facc.ufrj.br/csear2009/18.pdf>> Acesso em: 17 de out. de 2011.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa**: Métodos Qualitativos, Quantitativos e Mistos. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental**: Uma Informação para o Desenvolvimento Sustentável. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade Básica**. 8 ed. Rio de Janeiro: Ferreira. 2011.

FREITAS, Claudio C. Oliveira de. **Evidenciação das Informações Ambientais nas Demonstrações Contábeis de Empresas do Setor de Papel e Celulose Brasileiras**. 2006.

Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/Artigos%20apresentados%20em%20Comunica%E7%F5es/ART%206%20%20%20Evidencia%E7%E3o%20das%20informa%E7%F5es%20ambientais%20nas%20demonstra%E7%F5es%20cont%E1beis%20de%20empresas.pdf>> Acesso em: 15 de out. de 2011.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade Ambiental O passaporte para a Competitividade**. 2007. Disponível em: <<http://www.universoambiental.com.br/novo/artigosler.php?canal=4&canallocal=4&canalsub2=10&id=166>> Acesso em 2 de out. de 2011.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Contabilidade Básica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 370p.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**: Abordagem Básica e Gerencial. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MONTEIRO, Paulo Roberto anderson; FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **A Evidenciação da Informação Ambiental nos Relatórios Contábeis: um Estudo Comparativo com o Modelo do ISAR/UNCTAD**. 2006. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=149&cod_evento_edicao=10&cod_edicao_trabalho=5444> Acesso em: 02 de out. de 2011.

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução à controladoria**: Conceitos, Sistemas, Implementação. Série Gecon. São Paulo: Atlas, 1993.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. **Manual de Contabilidade Básica**: Uma Introdução à Prática Contábil. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PAIVA, Roberto de Paiva. **Contabilidade Ambiental**: Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência e Focada na Prevenção. São Paulo: Atlas, 2006.

REBOUÇAS, Fernando. **Stakeholders**. 2009. Disponível em: <http://www.infoescola.com/administracao/_stakeholders/> Acesso em: 28 de out. de 2011.

REDENOTÍCIA. **Maiores Cidades de Rondônia**. Disponível em: <<http://www.redenoticia.com.br/noticia/2009/maiores-cidades-de-rondonia/42>> Acesso em 20 de Nov. de 2011.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**: Para Concursos de Contabilidade e Concursos em Geral. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da; AZEVEDO, Tânia Cristina. **Visão Prospectiva do Papel do Contador no Auxílio à Gestão**. 2002. Disponível em: <<http://www2.uefs.br>>

8081/sitientibus/edicoes/27.htm> Acesso em: 15 de out. de 2011.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ZANLUCA, Julio Cesar. **Contabilidade Ambiental**. 2006. Disponível em: <[http ://pt.wikipedia.org/wiki/Contabilidade_ambiental](http://pt.wikipedia.org/wiki/Contabilidade_ambiental)> Acesso em: 17 de out. de 2011.

APÊNDICE



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR – *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

O presente questionário direcionado aos contadores atuantes na cidade de Cacoal/RO tem como objetivo aprofundar estudo sobre o tema: A Evidenciação dos Fatos Contábeis Ambientais no Corpo das Demonstrações Contábeis Tradicionais. Tema base para elaboração de artigo de conclusão de curso (ACC), pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), do graduando em Ciências Contábeis, André Sager.

Aos respondentes colaboradores desta pesquisa deixa-se claro que sua participação é voluntária, porém muito importante para essa pesquisa, pede-se colaboração e sinceridade nas respostas fornecidas e que todas as questões sejam respondidas.

Garante-se completo sigilo de identidade e das respostas dadas nos questionários; a identificação no final do questionário será apenas para separação a fim de catalogação dos dados, o que não será exposto no artigo.

Responda as questões seguintes marcando apenas uma alternativa cada, com um “X” (exceto as que têm resposta em texto livre), complementando as respostas, caso necessário, conforme sua opinião.

A – Questões para identificação do perfil do respondente:

I – Marque a sua faixa etária:

- () até 25 anos;
- () de 26 a 35 anos;
- () de 36 a 45 anos;

() acima de 46 anos.

II – Nível de formação:

() Técnico em Contabilidade.

() Bacharel em Ciências Contábeis.

() Pós graduado. Área:_____.

III – Há quanto tempo atua como contador?

_____.

B – Questões referentes ao objetivo da pesquisa:

IV – Considera importante uma empresa evidenciar os fatos ambientais que fazem parte de seu cotidiano?

() Sim

() Não

() Em algumas ocasiões, sim.

Justifique:_____

_____.

V – Acredita ser possível a evidenciação de todos os fatos ambientais de uma empresa no corpo das demonstrações tradicionais, como por exemplo, no Balanço Patrimonial (BP) e na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)?

() Sim

() Não

Por

quê?_____

_____.

VI – Caso houvesse a inclusão de todos os dados ambientais nas demonstrações contábeis qual seria o impacto para as empresas?

() Negativo

() Positivo

() Não haveria impacto

Justifique: _____
_____.

VII – Para que tipo de empresa a evidenciação de todos os seus fatos ambientais nas demonstrações contábeis seria mais proveitosa?

- () As de grande porte;
- () As de pequeno e médio porte;
- () Todas seriam beneficiadas de igual modo;
- () Todas seriam prejudicadas.

Justifique: _____
_____.

VIII – Supõe-se que há dois modelos oficiais do mesmo demonstrativo, um igual ao que é utilizado tradicionalmente e outro com a mesma estrutura, mas com destaque de dados ambientais inseridos, cabendo ao contador optar por qual utilizar. Se você fosse esse contador, por qual optaria para trabalhar?

- () O modelo tradicional.
- () O modelo com os dados ambientais inseridos, em destaque.

Por
quê? _____
_____.

IX – Em sua opinião qual seria o maior obstáculo para a inclusão dos dados relacionados ao meio ambiente de uma empresa no corpo das principais demonstrações contábeis (BP, DRE)?

_____.

X – Cite fatos contábeis ambientais que costumam ocorrer às empresas para as quais presta serviço:

_____.

XI – Gostaria de receber informações sobre os resultados dessa pesquisa para a qual colaborou, por *e-mail*?

() Sim

() Não

Nome do respondente:_____.

Endereço:_____.

Empresa:_____.

E-mail:_____.

Muito obrigado pela participação!

Cordialmente,

Acadêmico: André Sager.

Orientadora: Prof.^a Mestre Estela Pitwak Rossoni.

Cacoal, Outubro de 2011.